

AUDITORIA EM FOCO



Edição n. 8
Julho/2019

Secretaria de Auditoria Interna
Superior Tribunal de Justiça



Fórum de Boas Práticas



Palavra do Secretário

Expediente:**Editor-chefe:**

Diocesio Sant'Anna

Redação:

Ana Paula Schmidt

Revisão:

Ana Paula Santana

Diagramação:

Ana Paula Schmidt

Vitor Dutra Freire

Meus caros,

O mês da festança passou, e julho chega com mais uma edição da nossa Revista Auditoria em Foco, trazendo informações relevantes e conteúdo de qualidade, que certamente contribuirão com o desenvolvimento dos colaboradores da Secretaria.

Conforme disse na edição anterior, temos trabalhado com afinco para que a nossa revista divulgue informações técnicas e especializadas, mas também aborde outros aspectos da realidade da unidade e das pessoas que aqui trabalham. Assim, essa edição conta com uma temática variada. Trataremos da participação da AUD no V Fórum de Boas Práticas em Auditoria e Controle Interno do Poder Judiciário, em que tivemos a oportunidade de apresentar o Programa de Avaliação da Qualidade e Melhoria da Auditoria Interna - PAQMAI. Conheceremos ainda o Diário de Bordo da colega Ana Laura Custódio. Se você gosta de viajar, nem pense em não ler essa coluna! Além disso, o nosso colega Philipe Rezende conta a sua história, que é sensacional! Por fim, entre outras matérias importantes, há uma sobre a Festa Junina da AUD, que foi um sucesso graças à participação e envolvimento de todos!

A partir da próxima edição, a gestão da revista ficará a cargo dos nossos colegas não gestores. Por isso, renovo o convite para que todos contribuam com a construção das próximas edições. E não se esqueça de dar sua opinião sobre a revista. Após a leitura das matérias, volte [AQUI](#) ou use um dos links dentro da Revista para registrar sua avaliação e sugestão.

Finalmente, é com o espírito alegre e julino que gostaria de expressar meus mais sinceros agradecimentos a todos os integrantes da Auditoria Interna. Muito feliz por fazer parte dessa equipe Top nível 1000!

Excelente leitura a todos!

Diocesio Sant'Anna
Secretário AUD

Teletrabalho

O Teletrabalho foi instituído formalmente no STJ por intermédio da Resolução n. 19, em dezembro de 2018.

Os objetivos do teletrabalho são a promoção da cultura orientada a resultados, o aumento da produtividade, o aumento da qualidade de vida do servidor e a racionalização dos recursos.

No dia 10/05/2019, aconteceu o I Fórum Teletrabalho – trabalhando gestores e servidores do STJ, onde foram apresentadas Boas práticas do TST, que já implementa o teletrabalho, bem como foram discutidas questões como: saúde do servidor; gerenciamento de tempo e de resultados; e aspectos legais.

Além disso, durante o fórum, aconteceram debates e surgiram dúvidas com relação aos aspectos práticos do teletrabalho, como configuração mínima dos equipamentos e ambiente tecnológico para os servidores terem em casa, bem como a forma como será mensurado o trabalho no ambiente remoto, especialmente tendo em vista a exigência de metas de trabalho de, no mínimo, 20% maiores do que para os servidores em regime presencial.

A resolução dispõe que a unidade, no nosso caso, a AUD pode colocar no máximo 30% dos servidores em teletrabalho, admitindo-se, excepcionalmente, um limite máximo de 50%, cabendo ao titular da Secretaria analisar o interesse da unidade no teletrabalho. É possível haver um revezamento entre os servidores em teletrabalho, seja em períodos contínuos (ex.: 10 dias de teletrabalho e demais dias de trabalho presencial) seja em dias alternados (ex.: segunda, quarta e sexta em teletrabalho, demais dias presenciais).

O normativo prevê também que, mesmo em teletrabalho, o servidor deve vir ao STJ, no mínimo, a cada

15 dias “a fim de receber instruções de serviço e apresentar resultados parciais e finais, de modo a proporcionar o acompanhamento dos trabalhos e manter o convívio com a cultura organizacional”.

Tendo em vista a necessidade de o servidor apresentar-se com frequência na unidade, bem como poder ser chamado de volta ao trabalho presencial a qualquer momento, é previsto na resolução que o servidor deve desenvolver suas atividades no Distrito Federal e entorno, não podendo ausentar-se do DF em dias de expediente, sem prévia autorização formal de sua chefia imediata.

Vale registrar que apenas os servidores não gestores podem participar do teletrabalho, ou seja, Chefes de Seção, Coordenadores e Secretários deverão obrigatoriamente atuar de forma presencial.

Em relação às métricas de trabalho, foram mostradas várias dúvidas no decorrer das apresentações do Fórum, especialmente em relação às unidades ligadas à Administração do STJ (área meio). Embora na área jurídica frequentemente existam metas diárias para os servidores, facilitando, assim, a realização do teletrabalho, nas áreas meio essas metas não são tão claras, já que as características do trabalho de várias unidades não permitem tanta previsibilidade.

A AUD já iniciou as bases para elaboração dessas métricas, com o mapeamento dos processos de trabalho e a criação de diversos indicadores relacionados a prazos de execução de atividades, além do início da mensuração de HDFs (Homem-dia-fiscalização). No entanto, isso não é o bastante, sendo necessária, a criação de um grupo de trabalho para que sejam propostas alternativas possíveis de serem implementadas.

Colaborou: Vitor Dutra Freire (CAUT)

Promovendo ações de cidadania: Ações de inclusão.

O Superior Tribunal de Justiça não fica para trás quando o assunto é voluntariado. A instituição estimula a cidadania e difunde o conhecimento por meio dos programas e parcerias que realiza com o apoio de servidores voluntários.

O Programa Educação de Jovens e Adultos – EJA, promovido pela Assessoria de Gestão Socioambiental (AGS), conta com a participação voluntária de servidores.

Voltado para complementação dos estudos, o EJA atende, principalmente, terceirizados e contratados, que recebem monitoria escolar de segunda a sexta. Unindo generosidade e disposição, os monitores dedicam uma hora do seu dia para ajudar ao próximo e podem escolher os dias em que farão a monitoria, de acordo com a sua disponibilidade de tempo.

Para atuar, basta ter afinidade com as matérias que deseja monitorar, vontade de aprender e trabalhar, ou seja, não precisa ter graduação ou experiência nas disciplinas específicas. As matérias ofertadas são: português, matemática, ciências, física, química, biologia, geografia, história, inglês, artes, sociologia, filosofia e educação física.

Outro programa desenvolvido no Tribunal é o curso de Inclusão Digital, voltado para o mesmo público. A ação é gratuita e acontece com o acompanhamento de voluntários que detenham conhecimentos em internet, correio eletrônico e pacote Office básico (Word e Excel).

Segundo a servidora da AGS Rubenite de Sousa, a iniciativa visa proporcionar acesso a ferramentas tecnológicas básicas aos colaboradores. “Há um reflexo no desempenho deles no trabalho. Desenvolver as potencialidades do indivíduo eleva a autoestima e a motivação, com reflexos positivos no clima organizacional”.

Em síntese, os servidores podem se voluntariar para ajudar os colaboradores do STJ nos temas elencados no quadro a seguir:

EJA		Inclusão Digital
Português	Geografia	Word
Matemática	História	Excel
Ciências	Inglês	Internet
Física	Artes	Correio Eletrônico
Química	Sociologia	
Biologia	Filosofia	

Para mais informações, é possível entrar em contato com AGS, no ramal 6753

Texto parcialmente extraído das matérias “Um gesto de amor” e “Projeto EJA abre portas para voluntários”, do editorial VemComigo, de 5/12/2018 e de 25/04/2019, respectivamente.



Colaborou: Silvana Moreira (GAB)

Planejar para fortalecer a capacidade da Auditoria Interna.

Para melhor gerir um negócio, uma área, uma equipe, é preciso enfrentar o desafio de entender cada função e fazer com que estas funcionem de maneira integrada e adequada. Uma gestão EFICIENTE precisa promover o sincronismo entre a estratégia, a execução dos trabalhos e a cooperação entre seus colaboradores. Estas partes devem atuar de forma conjunta e necessitam estar alinhadas e manter um equilíbrio dinâmico.



Equilíbrio dinâmico entre as partes de uma área

Existem vários modelos de gestão: tradicionais, modernos, inovadores, e é ele que define como o órgão se ORGANIZA. Independentemente, entretanto, do modelo de gestão e organização a ser utilizado, o primeiro passo para o sucesso de um setor é realizar o Planejamento, que engloba tudo o que é preciso saber antes mesmo da fase de produção de um trabalho. Com a preparação e o delineamento “do que fazer”, é possível obter mais clareza e visão nas tomadas de decisão.

A necessidade de planejar é maior na medida que as atividades vão ficando mais complexas, e se faz necessário relacionar várias alternativas disponíveis, suas consequências futuras e as possibilidades de interferência na realização do que se pretende fazer. É por meio do planejamento e da avaliação dos resultados obtidos que se pode controlar melhor as situações e imprevistos que surgem, de maneira flexível e dinâmica, permitindo que ajustes sejam realizados, com o menor prejuízo possível.

Na busca de aperfeiçoar o mecanismo de monitoramento, acompanhamento e avaliação do planejamento e desempenho da Auditoria Interna, e atento à meta de agregar valor à Instituição, por meio do cumprimento efetivo de suas metas, o Gabinete da AUD iniciou em abril último, a execução do Projeto Aprimoramento do Processo de Planejamento da Secretaria. A iniciativa tem a finalidade de refinar o processo de planejamento vigente, a fim de permitir o fortalecimento e a elevação da maturidade da capacidade da Auditoria Interna, no STJ.

Dentre as várias atividades previstas no projeto, destaca-se a realização do diagnóstico de maturidade da situação atual da AUD, que servirá como “ferramenta fundamental para a manutenção da qualidade e desenvolvimento da função de Auditoria Interna”. Para essa ação de pesquisa, prevista para iniciar ainda este semestre, a cooperação e a contribuição dos servidores serão essenciais à realização e confiabilidade deste trabalho, visando com isso atingir um nível adequado da capacidade da área, bem como a sua continuidade.

Colaborou: Agma Castello (GAB)

PAQMAI

As unidades de auditoria interna, na realização de suas atividades, objetivam agregar valor à organização.

Para que esse propósito seja alcançado é necessário que as práticas referentes ao planejamento, desenvolvimento e execução das atividades de auditoria interna estejam dotadas de profissionalismo, de forma a assegurar que estejam revestidas de qualidade.

O PAQMAI consiste em um instrumento que permite certificar se as práticas adotadas pela unidade apresentam a qualidade necessária para sua execução e, ao mesmo tempo, possibilita identificar oportunidades de melhoria em sua atuação.

Entre seus objetivos, destacam-se os seguintes:

- Identificar fraquezas e áreas para aprimoramento da atividade da AI;
- Identificar as melhores e inovadoras práticas da AI;
- Saber o que se tem e o que é necessário desenvolver;
- Aumentar a capacidade de negociação com o Alta Administração e com outros;
- Alinhar às boas práticas adotadas na Administração Pública e outras entidades e
- Eliminar ou reduzir o risco de auditoria.

A ideia dessa avaliação é alinhar-se aos padrões internacionais, especialmente às Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna (IPPF) do Instituto de Auditoria Interna - IIA Global e à jurisprudência do Tribunal de Contas da União – TCU, que, no Acórdão 814/2018 – Plenário, recomendou a aproximação das unidades de AI a esses padrões de atuação.

As normas de número 1300 a 1320 tratam da implementação do programa e orientam para que as avaliações sejam realizadas tanto sob a perspectiva interna quanto externa.

As avaliações internas devem ter duas abordagens distintas:

- Avaliação de cada trabalho; e
- Avaliação Periódica.

A avaliação de cada trabalho tem um caráter de continuidade, pois deve ser realizada à medida que cada atividade seja concluída. Nesse caso, os avaliadores serão os seguintes: a Equipe de Auditoria, o Supervisor de Auditoria e a principal Unidade Auditada.

Por sua vez, a periódica será avaliada por uma comissão de auditores instituída especificamente para a realização dessa atividade e pelos titulares das unidades do Tribunal, em nível de Secretaria e de Assessoria. Porém, essa avaliação não está atrelada a um trabalho específico, mas às práticas adotadas pela Unidade de Auditoria.

O quadro a seguir demonstra o explanado acima.



Quanto à avaliação sob a perspectiva externa, embora ainda não tenha sido desenvolvida pela AUD nessa primeira fase do PAQMAI, ela pode ser realizada de duas formas.

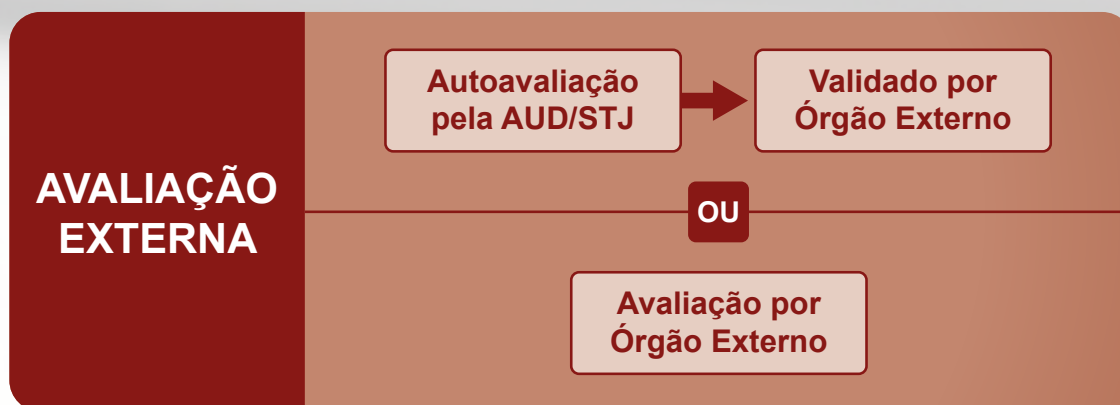
A primeira seria por intermédio de uma equipe externa (Órgão Avaliador Externo), completamente independente, e a segunda forma pode ser realizada internamente por uma comissão instituída para esse fim, dependendo da validação de outro órgão, desde que este esteja no mesmo nível de maturidade do órgão avaliado e que não estejam realizando avaliação em reciprocidade, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Unidade Auditada.

As questões podem receber menções de “0 a 4”, de acordo com o nível de percepção e satisfação quanto ao trabalho realizado, atuação da equipe e os resultados do trabalho.

A partir das respostas obtidas em cada trabalho, é possível aferir resultados (percentual) sob as seguintes óticas:

- Resultado por cada elemento do questionário (os cinco já citados);
- Resultado por questionário;
- Resultado geral de Avaliação Contínua.



Essas avaliações são constituídas de questionários, com perguntas específicas acerca do que se pretende avaliar. No caso da avaliação de cada trabalho, os questionários abordam todas as etapas necessárias para a execução da auditoria: planejamento do trabalho, execução do trabalho, relatoria e monitoramento.

Além disso, todos os questionários a serem respondidos contém perguntas com o propósito de avaliar cinco elementos (planejamento do trabalho, execução do trabalho, relacionamento com a unidade auditada, comunicação dos resultados e preparo da equipe), o que muda é a perspectiva do avaliador, ou seja, da Equipe de Auditoria, do Supervisor de Auditoria ou da

Essas avaliações devem ser consolidadas bimestralmente, pois assim, as unidades poderão promover algum ajuste em sua rotina ou propor ação para melhorar a qualidade dos trabalhos, de acordo com as necessidades identificadas pelas respostas recebidas nos questionários.



Anualmente, após o fim do exercício, é feito outro levantamento com intenção de obter o resultado geral de avaliação contínua. De acordo com a apuração, o avaliado pode se enquadrar em um dos níveis dispostos na tabela abaixo

Matriz de Avaliação Contínua dos Trabalhos de Auditoria Interna	NÍVEIS DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS TRABALHOS DE AUDITORIA INTERNA				
	Nível 01 Introdutória	Nível 02 Emergente	Nível 03 Estabilizado	Nível 04 Progressivo	Nível 05 Avançado
Nível de Qualidade da Ação de Fiscalização	0-> 30	30-> 50	50-> 80	80-> 90	90-> 100

Registre-se que cada nível possui uma nomenclatura:

- Introdutória – Prática não existente, não funcional;
- Emergente – Prática informal, eventual;
- Estabilizado – Prática padronizada, parcialmente suficiente;
- Progressivo – Prática atende satisfatoriamente;
- Avançado – Prática atende plenamente.

Já a abordagem da avaliação periódica, em muito se assemelha à avaliação de cada trabalho, porém alguns aspectos as distinguem. Ela tem por propósito verificar a conformidade da atuação da AI com padrões normativos, eficiência e eficácia da unidade, valor agregado pela unidade à organização e aderência à metodologia de auditoria interna para trabalhos selecionados.

Nesse caso, são 6 (seis) os elementos a serem examinados: serviços e papel da auditoria interna, pessoal da auditoria interna, práticas profissionais da auditoria interna, gestão de desempenho e accountability da unidade, relações organizacionais e cultura da auditoria interna e governança da auditoria interna.

Baseada nessas conclusões, a AUD poderá se certificar se as práticas adotadas apresentam conformidade com os normativos e padrões de atuação internacionais, de forma a servir como feedback e, nas situações em que obtiver menções negativas, a Secretaria buscará a implementação de um plano de ação com vistas a alcançar o próximo passo ou nível.

Para o implemento do PAQMAI, a AUD decidiu que todos os trabalhos concluídos neste exercício serão objeto de avaliação no formato contínuo.

Em relação à avaliação periódica (bianaual), neste exercício, a Secretaria de Auditoria, por meio de uma comissão instituída para esse fim, realizará ação com vistas a obter um diagnóstico acerca do enquadramento de suas práticas a um nível da escala definida.

O propósito dessa ação é de a AUD traçar, a partir desse levantamento, um plano estratégico, detalhando metas, ações e procedimentos a serem executados, num determinado prazo, de forma a, gradativamente, melhorar a qualidade dos nossos serviços.

Colaboraram: Diocésio Santa'Anna (GAB) e Maria Elizabeth Calais (CAUC)

Para fechar o semestre com chave de ouro, tivemos uma reunião com todos os servidores da AUD para apresentar o PAQMAI e a encerramos com uma grande Festa Junina, cheia de animação e muita comida! Confiram as fotos do arraiá mais incrível do STJ!



Colaborou: Ana Paula Schmidt (CAUT)

Reunião com não gestores: Uma inovação

Reunião de gestores já é uma prática comum na AUD. O Secretário se reúne periodicamente com os Coordenadores e Chefes de Seção da unidade. A novidade, agora, são as reuniões entre o Secretário e os servidores que não exercem função gerencial.

A iniciativa cria um novo canal de comunicação entre o Secretário e os não gestores, para ouvir e expor ideias, discutir problemas e propor soluções. A ideia é ampliar a participação nas decisões da unidade e gerar maior engajamento.

Em junho passado, ocorreu a primeira reunião nessa modalidade. E o encontro já trouxe bons resultados: foi criado um grupo de trabalho que irá estudar e propor medidas para implementação do teletrabalho na AUD.

Periodicamente ocorrerão outras reuniões, e já é grande a expectativa para conhecermos os próximos resultados.

Participe!



Colaborou: Ana Paula Santana (GAB)

NOVIDADES NORMATIVAS

INFORMATIVO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DO TCU

Acórdão 925/2019 Plenário, Representação, Relator Ministra Ana Arraes.

1. Os serviços especializados de aplicação e correção de provas anuais, como o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), não podem ser considerados como continuados, por constituírem serviços específicos realizados em um período predeterminado.

Acórdão 3353/2019 Primeira Câmara, Representação, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues.

2. A exigência de equipamentos do mesmo fabricante para soluções de tecnologia da informação deve ser precedida de estudo técnico que a justifique (art. 7º, §5º, da Lei 8.666/1993).

Colaborou: Daniel Winovski (CAUC)

FÓRUM DE BOAS PRÁTICAS

O 5º Fórum de Boas Práticas de Auditoria e Controle Interno do Poder Judiciário ocorreu em Belo Horizonte, no período de 22 a 24 de maio de 2019.

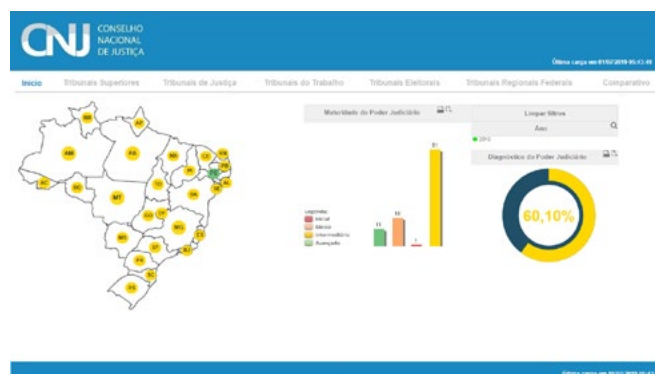
Diversos temas foram abordados, mas o destaque ficará para aqueles que trataram de utilização de ferramentas tecnológicas em auditoria, realização de consultorias, gestão de riscos e fortalecimento da governança.

O evento contou com aproximadamente 300 pessoas, quantitativo limitado por questão de espaço, que representou 64 organizações, dentre elas, o Instituto do Auditores Internos – IIA.

Uma das apresentações mais aguardadas do evento, foi a do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Em seu pronunciamento, o Secretário explanou acerca da Ação Coordenada realizada na área de TI, idealizada pelo CNJ e executada pelos Tribunais e Conselhos do Poder Judiciário, e explicou que a ideia é construir um panorama geral do judiciário, fazendo uso de ferramentas de comparação que possam identificar como estão os tribunais em relação a um determinado tema, como um retrato.

A partir desse resultado, o CNJ dará feedback para os tribunais, apresentando os resultados, no formato de um mapa geográfico (painel), dando destaque para o nível de maturidade do judiciário sobre o assunto avaliado.

O objetivo desse painel é possibilitar que os Tribunais e Conselhos conheçam os resultados apurados e, a partir desse diagnóstico, possam empreender Ações Prioritárias Corretivas, conforme os problemas levantados.



Clique [aqui](#) para acessar o modelo do painel do CNJ

Outros tópicos tratados pelo Secretário de Auditoria interna do CNJ foram:

- Sistema Auditar será disponibilizado até agosto, com os códigos fonte e toda a documentação para que possa ser customizado por cada Tribunal. Também haverá curso de capacitação quanto à utilização da referida ferramenta. A expectativa sobre esse assunto é grande, pois essa ferramenta pode nos auxiliar.
- Definição de “Diretrizes Básicas de Auditoria” que subsidiará a elaboração por cada Tribunal do seu respectivo Estatuto. A minuta está em fase de revisão e será disponibilizada até julho para sugestão dos Tribunais Superiores e Tribunais de Justiça. Essa nova versão terá como referência a IN 3 da CGU e à IPPF do IIA;
- Resolução CNJ 86/2009 será alterada, de forma a definir a estrutura, organização e funcionamento das unidades ou núcleos de controle interno (sic), normatizações técnicas e comitês de governança.

NOVAS TECNOLOGIAS NA AUDITORIA

Em se tratando de novas tecnologias, o Controlador Geral do Estado de Minas Gerais falando de integridade, fraude, corrupção e fatores de risco tratou da importância do Sistema ÁGATHA – Sistema de Gestão de Integridade, Riscos e Controles, que consiste em uma ferramenta automatizada desenvolvida pelo então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão no processo de gerenciamento de riscos e controle, com vistas a documentar eventuais riscos nos processos internos da Administração Pública, oferecer mecanismos de controle e de tratamento das inconformidades, auxiliar o acompanhamento dos planos de melhoria da gestão e apoiar na tomada de decisão do gestor público.

A mencionada ferramenta foi desenvolvida em software livre, com código aberto, o que permite ao usuário customizar o sistema de acordo com a necessidade de cada órgão público, que poderá adaptar o Ágatha à sua política de gestão de risco, que está disponível para todos, através do portal de [Software Público](#).

O representante do TRT de Minas apresentou outra ferramenta, esta sistematiza a execução de auditorias. Para seu desenvolvimento foi necessário que o processo seguisse os seguintes passos: normatização da atividade de auditoria interna, mapeamento dos processos de trabalho, capacitação de toda a equipe e desenvolvimento de solução de TIC.

Assim, foram desenvolvidos modelos em formato excel e word, que funcionam como um manual e incluem, entre outros pontos, as questões de auditoria, os formulários a serem adotados e o formato do comunicado de auditoria. Essas informações se inter-relacionam de forma que, ao final do trabalho, o relatório de auditoria já sai pronto.

De acordo com o servidor do TRT/MG, a rotina é automatizada, não havendo nada a ser elaborado manualmente pelo auditor.

TRABALHO DESAFIADOR

No quesito trabalho desafiador, o palestrante do Tribunal de Justiça do Paraná - TJPR associou a ação de consultoria à avaliação da gestão de riscos e apresentou o passo-a-passo desse trabalho. Dentre os desafios, destacam-se sensibilizar a Alta Administração; criar um grupo robusto formado por 23 pessoas; preparar o ambiente organizacional; mapear os processos; definir a política de gestão de riscos e do apetite a risco e promover ações de capacitação.

E os benefícios só poderiam ser os mais almejados pelas organizações:

- contribuir para o alcance dos objetivos;
- otimizar a utilização dos controles gerenciais;
- eliminar e diminuir o retrabalho;
- conferir maior segurança para a tomada de decisões; e
- potencializar a eficiência no uso de recursos.

Quanto à execução do projeto, as atividades foram divididas em três partes: preparação de oficinas sobre gestão de risco; designação de integrantes do Grupo de Trabalho (composição multidisciplinar); e capacitação de toda a equipe de auditoria em gestão por processos e gestão de riscos.

A previsão é de que até novembro de 2019 o gerenciamento de risco esteja instituído naquele Tribunal.

Segundo o representante do TJPR, ninguém “inventou a roda”, foi utilizado o benchmarking com os seguintes órgãos: TRT8, TJDF, CGU, STJ, TCU.

TELETRABALHO

Um tema que está em alta na Administração Pública e que tem atraído interesse de gestores e servidores é o teletrabalho e foi apresentado pelo representante do TJCE, que dividiu sua experiência com os atentos participantes.

Nesse tribunal funciona da seguinte forma: cada subunidade da Auditoria do TJCE tem 3 vagas para atuação em teletrabalho, com rodízio de equipe a cada 2 meses, totalizando 6 meses por unidade, sob supervisão de uma comissão avaliadora da produtividade x meta a cumprir, além de suporte com viés pessoal e emocional, bem como avaliação do ambiente.

O ciclo e trabalho acontece da seguinte forma: nas duas primeiras semanas o servidor atua em teletrabalho por dois dias semanais; na terceira, por 3 dias; e na quarta, por 4 dias. O mencionado ciclo se repete para totalizar o período de 2 meses; e, posteriormente, nova equipe passar a exercer a mesma dinâmica.

A Unidade estabeleceu padrões de trabalho de 30, 45 e 60 dias para execução da atividade, no formato presencial. Para o teletrabalho, foi creditado 15% à meta definida. Foram estabelecidas também as atividades e os parâmetros referenciais para a definição de metas.

Nesse caso, utilizaram a ferramenta Trello® para gerenciar a execução do Plano de Trabalho de Auditoria, de forma a facilitar o acompanhamento pelo supervisor e pelo coordenador da equipe. Assim, à medida que o servidor executava, o coordenador recebia um e-mail informando a etapa concluída.

Os resultados obtidos se encontram no quadro abaixo:

Os servidores da Audin/TJCE que participaram do projeto-piloto obtiveram esse resultado em comparação com as atividades desempenhadas presencialmente.

Servidor	Mês	% Produtividade obtida
Servidor(a) A	Maio	15%
Servidor(a) A	Junho	24%
Servidor(a) B	Julho	30%
Servidor(a) B	Agosto	12%
Servidor(a) C	Setembro	30%
Servidor(a) C	Outubro	12%

Figura: Resultados do Teletrabalho na Audin/TJCE

Fonte: Comissão de Avaliação do Teletrabalho (CAT) do TJCE

AVALIAÇÃO DE QUALIDADE

A avaliação da qualidade foi abordada em três momentos distintos: uma vez pelo IIA e duas pela AUD/STJ.

O representante do IIA apresentou um instrumento de avaliação da qualidade da auditoria interna denominada QA – Quality Assessment, que é um mecanismo diferente do IA-CM, ferramenta adotada pela AUD/STJ, mas também disponibilizada pelo IIA.

A AUD/STJ foi representada pela Coordenadora da CAUC, Maria Elizabeth Calais, com o tema PAQMAI, que está sendo melhor detalhado na coluna “AUD Informa” e pelo Secretário, Diocésio Sant’Anna, que proferiu a palestra sobre o IA-CM, cujo conteúdo está sendo compartilhado com todos em função da adoção da mencionada metodologia como ferramenta de planejamento da Auditoria Interna do STJ.

DESTAQUES DO FÓRUM:

O gestor não sabe Em QUE e QUANTO a Unidade de Auditoria Interna – UAI contribui para a consecução dos objetivos estratégicos da gestão – TRT/MS, em painel de contribuição da auditoria interna no desdobramento da estratégia naquele Tribunal;

Os debates jurídicos são muito dedicados ao combate à corrupção, sendo que 80% do desperdício no setor público vem da ineficiência da Administração e apenas 20% de atos de corrupção – TJ/MG, em importância do planejamento da contratação.

Auditoria Interna é um importante aliado para agregar valor ao planejamento das ações de controle, desde que observada sua atuação com independência e objetividade – TCU, em auditoria interna e os programas de integridade

Não é papel da auditoria implantar a política de gestão de riscos e controles internos, mas orientar sua implantação e avaliar sua efetividade – TCU, em auditoria interna e os programas de integridade

Para mais detalhes, seguem os links das palestras por dia e turno:

- <https://www.youtube.com/watch?v=NBDPMGg8itc&feature=youtu.be> – 1º Dia - Manhã
- <https://www.youtube.com/watch?v=yD6CLSNF0ZE> – 1º Dia - Tarde
- <https://www.youtube.com/watch?v=MRP14WvIX2I> – 2º Dia - Manhã
- <https://www.youtube.com/watch?v=NjDuvNdiEgU&t=4800s> – 2º Dia - Tarde
- <https://www.youtube.com/watch?v=nP4hSTUV1tA> – 3º Dia - Manhã
- https://www.youtube.com/watch?v=o_to1CwAh-Y – 3º Dia - Tarde

Aos interessados, o 6º Fórum de Boas Práticas de Auditoria Interna e Controle Interno acontecerá em Maio/2020 em Cuiabá/MT

Colaboraram: Diocésio Santa'Anna (GAB), Francisco Ullieses (CAUC) e Maria Elizabeth Calais (CAUC)

Conheça Philipe

Mais uma edição da revista nos dando a oportunidade de conhecer nossos colegas e, nessa edição, fomos até a CAUG para conhecermos melhor o Philipe da Silva Pires Rezende. Nascido em Belém-PA, veio para Brasília em definitivo em 2005, com 15 anos. Mas antes de chegar, já havia passado por Brasília anteriormente junto com o pai que, em grande parte do tempo, trabalhava autonomamente e gostava bastante de se mudar. Assim, com 1 ano de idade veio para Brasília, mas retornou para o Pará. Depois disso morou também em Fortaleza, Rio de Janeiro e Luziânia, retornando a Belém novamente. Por fim, seu pai se decidiu e resolveu firmar a morada em Brasília, onde a avó paterna residia.

Concluiu o ensino médio já em Sobradinho, mas, como a maioria dos alunos nessa época da vida, não fazia ideia do que gostaria de “ser quando crescer”. Passou um ano fazendo vestibulares para cursos variados, mas sem um foco específico. Foi aí que sua avó, aposentada e ex-servidora do Superior Tribunal Militar, deu uma dica importante: “Por que não tenta contabilidade, você pode ser um auditor da Receita”. Segundo Philipe, “era a antiga mentalidade de que concurso bom era o da Receita”. Após pesquisar o que era contabilidade e aceitando essa sugestão, sua avó ofereceu pagar um cursinho para o vestibular do ALUB.

Nesse mesmo período, a mãe de Philipe, também ciente das necessidades financeiras da época (ele morava em uma quitinete de sala e quarto, com mais 3 pessoas), comprou uma apostila da Vestcon para o concurso da ANVISA. Na época, Philipe estava concorrendo ao primeiro concurso do cargo de técnico administrativo, promovido pela recém-criada agência reguladora. Os professores do cursinho o dissuadiam, dizendo que “era muito mais fácil passar no vestibular do que num concurso”, ele acabou tratando isso como uma



realidade e se desinteressou de verificar o resultado da prova. Quem viu que ele estava classificado foi a sua mãe, mas não sabia a posição pois ainda era o resultado provisório. Santa, mãezinha!!! Depois da notícia, Philipe colocou todos os nomes e notas numa planilha eletrônica e verificou que estava dentro do número de vagas.

Assim, em 2007, assumiu o cargo de Técnico Administrativo na ANVISA, sendo também aprovado no mesmo ano no vestibular de Ciências Contábeis da UNB. Foram quase 9 anos trabalhando na Gerência de Orçamento e Finanças da ANVISA, com ótimas lembranças da equipe e do ambiente de trabalho.

Ainda na Agência e na mesma área em que estava lotado, conheceu sua esposa, Elizama Rezende. A vida seguiu o seu rumo, e o ano de 2011 marcou a vida do casal, com seu casamento e a chegada do seu primeiro filho, Estevão José. Um ano depois, sua esposa foi nomeada para assumir o cargo de Técnico Judiciário no STJ.

Em 2013, concluiu o curso de Ciências Contábeis e no ano seguinte, o casal recebeu pela segunda vez a visita da cegonha, o João Filipe estava a caminho. Em 2015, Philipe decidiu retomar os estudos para concurso, pois a família havia crescido. Coincidência ou não, foi aprovado justamente no concurso do STJ de 2015 e voltou a reencontrar a companheira, trabalhando no mesmo órgão e, agora, em unidades diferentes.

CONHEÇA A AUD

De seus hobbies originais, o servidor diz que, devido ao tempo mais escasso, os únicos que sobreviveram foram o de tocar “arranhar” violão e guitarra, além de cozinhar que, segundo Philipe, “veio mais como uma necessidade absoluta do casamento”.



Como cristão, Philipe acredita que tudo que tem acontecido até hoje possui um direcionamento interessante. “se me perguntassem há 15 anos atrás onde estaria, com certeza a resposta não passaria perto do que pude viver, tanto no crescimento profissional quanto pessoal, principalmente dos lugares e pessoas com que tive a oportunidade de conhecer e interagir”.



Colaboraram: Philipe da Silva Pires Rezende (CAUG) e Ana Paula Schmidt (CAUT)

Você gostaria de compartilhar a história da sua vida? Entre em contato com o gabinete para agendar a sua edição de publicação!

Diário de bordo: África

Ainda no embalo da edição anterior, fizemos uma conexão na CAUP e a nossa colega Ana Laura assumiu o controle da coluna Sem Ressalvas com seu diário de bordo! Decolando...

Depois de alguns anos estudando para concursos e um 2017 difícil de viver, me perguntei algumas vezes “o que eu fiz para merecer tudo isso?”, a convocação do STJ veio como um sinal do universo, dizendo: “calma, garota, você está no caminho certo”.

Comecei a trabalhar em janeiro de 2018 e senti, naquele momento, que poderia me planejar melhor e fazer uma viagem mais longa ao exterior.

Me organizei para viajar em dezembro e, sem ter ideia de para onde ir, vários destinos começaram a confundir a minha cabeça. Então, procurei ajuda em uma agência de intercâmbio. Me apresentaram várias opções, mas uma fez meu coração bater mais forte. “O que você acha de ir pra África?” E, eu, na minha ingenuidade, pensei: Mas gente, será? Fazer o que na África? Prometi que pesquisaria melhor essa opção e, por algum motivo, a ideia não saía da minha cabeça. Quanto mais pesquisava sobre o continente, mais apaixonada eu ficava pelas cores, pelos lugares que pareciam estar em outro planeta e, sobretudo, pela possibilidade de estar em contato com uma cultura muito diferente da minha. De ser e receber novidade.

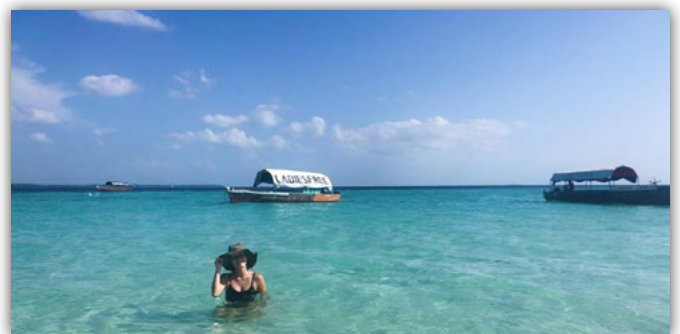


Decidida de que seria uma ótima opção, procurei amigos que quisessem embarcar nessa aventura comigo.



Ninguém conseguiu se organizar para ficar fora do país por dois meses seguidos. E aí, bateu o medo. Sem companhia, eu teria que fazer isso sozinha. Já havia viajado para fora do país algumas vezes, mas, em todas elas, tive com quem dividir as alegrias e os perrengues. Será que conseguiria? E se alguma coisa desse errado? Primeira vez viajando sozinha, sendo mulher, e justo pra África, um continente conhecido por ter países sem muita infraestrutura. Então, me veio aquela frase de para-choque de caminhão: “Vai. E se der medo, vai com medo mesmo.”

Eu fui. Fechei um curso de inglês de um mês na Cidade do Cabo e teria o outro mês livre para arriscar pelo continente. Fiz um mochilão de 7kg para que tivesse mais mobilidade e levei apenas o básico. “Se precisar de mais alguma coisa, compro lá”, pensei. Comecei o meu roteiro na África do Sul, mais precisamente em Johannesburgo e terminei na mesma cidade. Passei por Dar es Salaam, capital da Tanzânia, Zanzibar, uma ilha paradisíaca no mesmo país, Nairóbi, no Quênia, Maputo, em Moçambique, e Durban, uma cidade de praia também na África do Sul. Merece atenção a popular e maravilhosa Garden Route, estrada que fiz com alguns amigos que conheci na Cidade do Cabo e que no caminho visitamos o santuário de elefantes chamado Addo Elephant Park.



Entre tantos pontos fantásticos, posso dizer que nunca vou me esquecer do mergulho nas águas cristalinas de Zanzibar, da reserva Masai Mara no Quênia, onde conheci a cultura de uma das tribos mais tradicionais da África, e, sobretudo, do mês que passei na Cidade do Cabo. É impressionante a quantidade de programas que se pode fazer nesta cidade. A Cidade do Cabo tem tudo: a beleza das praias; o turismo de aventura, com direito a parapente e bungee jump (esse não arrisquei, rs) em visuais maravilhosos; as vinícolas que produzem vinhos com a uva pinotage, tipicamente africana; o Signal Hill, uma montanha que oferece uma vista panorâmica da cidade e onde as pessoas se reúnem para fazer piquenique e assistir ao pôr do sol; a Table Mountain, um parque nacional que se pode acessar por bondinho ou trilha, e que revela a imponência da fauna e flora africana; a riqueza da mistura das culturas afro e europeia.



Nesse período, muita coisa mexeu comigo. Vi como é difícil a vida em uma sociedade que ainda se recupera do Apartheid ou como as mulheres ainda têm que lutar para serem vistas e respeitadas em países de cultura muçulmana. No segundo caso, não só vi, como vivi o assédio por não estar de burca, o estranhamento sempre que dizia que estava viajando sozinha e não com um marido, ou a desconsideração quando, em um voo, tive a caneta tomada da minha mão por dois homens que acreditavam ter mais direito sobre ela do que eu. Em contrapartida, me alegrei muito com outras coisas: tive conversas com

estranhos que muitas vezes terminaram em choros e abraços; recebo mensagens de um taxista de Zanzibar, até hoje, perguntando como está a minha vida e se estou feliz; conheci gente simples que acredita ter o suficiente para nunca poder reclamar da vida; até então, não havia conhecido sorriso mais sincero e religiosidade mais vivida; me encantei e chorei sozinha de emoção quando terminei a trilha até a Table Mountain; nunca tive uma experiência gastronômica com tantos sabores como em um mercado noturno no centro de Zanzibar; e entendi que África está muito além do safari, apesar desse programa ser imperdível.



Hoje, sei a riqueza de viajar sozinha. Aprendi que estar sozinho não existe para aqueles que estão abertos. Pude conhecer pessoas de diversas nacionalidades e perceber muito mais culturas diferentes do que imaginava. Não fiz nenhum programa sozinha, a não ser os que eu quisesse. E acho que aí está a magia da coisa: é possível alternar os momentos acompanhada com aqueles de solitude. Ter o melhor dos dois mundos. Dividir alegrias e perrengues e se recolher quando a vontade é refletir, autoconhecer.

Como boa louca por viagem, já estou pensando no próximo destino, mas agora com uma régua bem maior e um certo receio de que ele não seja tão inesquecível e completo quanto a África.

Colaboraram: Ana Laura Custódio (CAUP)
e Ana Paula Schmidt (CAUT)

Você gostaria de compartilhar uma história ou uma viagem interessante? Entre em contato com o gabinete para agendar a sua edição de publicação!

Aniversariantes

Janeiro:

Priscila Freitas (CAUG)	09/jan
Paula Monte (CAUG)	16/jan
Maria Gorete (CAUG)	30/jan

Fevereiro:

Silvana de Castro (GAB)	05/fev
Ana Paula Santana (GAB)	17/fev
Thiago Alencar (CAUT)	20/fev
Agma Castello (GAB)	27/fev

Março:

Marina Waisros (GAB)	03/mar
Paullo Raphael (CAUC)	03/mar
Natália Moraes (CAUG)	04/mar
Wilker Oliveira (CAUP)	05/mar
Francisco Ulisses (CAUC)	15/mar
Philipe Rezende (CAUG)	22/mar
Eliane Maria (CAUT)	26/mar
Leonardo Leite (CAUT)	26/mar
Beatriz Campos (CAUC)	29/mar

Maiο:

Weltom Alves (CAUT)	21/mai
Vitor Dutra (CAUT)	27/mai

Junho:

Ane Valois (CAUT)	27/jun
Pedro Nunes (CAUC)	29/jun

Julho:

Ana Laura Sousa (CAUP)	25/jul
------------------------	--------

Agosto:

Felipe da Silva (CAUT)	08/ago
Gustavo de Campos (CAUP)	08/ago
Daniel Augusto (CAUC)	11/ago
Maria Elizabeth (CAUC)	13/ago
Wadson Sampaio (CAUT)	17/ago
Ana Lúcia (CAUC)	21/ago
Leonardo Karino (CAUT)	31/ago

Setembro:

Alana Paz (GAB)	06/set
Ana Paula Schmidt (CAUT)	26/set

Outubro:

Claudia Dantas (CAUC)	07/out
Rogério Araújo (CAUC)	13/out
Diocésio Sant'Anna (CAUC)	18/out
Marília Augusta (CAUG)	19/out
Cláudia Roberta (CAUC)	20/out
Lucas Antunes (CAUC)	20/out
Marcelo Campêlo (CAUP)	22/out
Charles Pereira (CAUG)	29/out

Novembro:

Luís Fernandes (CAUP)	21/nov
Paulo Henrique (CAUT)	21/nov
Angelly Maria (CAUG)	24/nov

Dezembro:

Aline Thomas (CAUP)	01/dez
Karla Luanna (GAB)	02/dez
Rejane Ribeiro (CAUP)	11/dez

NÃO SE ESQUEÇA DE RESPONDER NOSSA PESQUISA! [CLIQUE AQUI PARA ACESSÁ-LA.](#)